

Primeiro acampamento de formação em gênero

Renake Bertholdo David das Neves*

Durante a década de 1990 na Argentina, o governo do presidente justicialista Carlos Menem seguiu à risca as diretrizes do Consenso de Washington. Foi incensado pelos *thinktanks* como um grande exemplo a ser seguido pelos países periféricos que necessitavam “sanar” suas economias. Obviamente, esse status constituiu um significativo aprofundamento da deterioração das condições de vida do proletariado argentino – precarização que já vinha sendo gestada desde meados dos anos 1970. Segundo análise da CEPAL, a partir da década de 1990, na Argentina combinaram-se um acentuado crescimento do PIB por habitante, uma intensa queda da inflação, um elevado desemprego e um aumento da pobreza. A economia, entre 1989 e 1999, cresceu 50% —principalmente na primeira metade dos anos 90, como já se observou— e a PEA, 30%. Contudo, o número de desempregados incrementou-se em 146%¹. É nesse contexto de intensa precarização dos mundos do trabalho e também de crise de legitimidade dos grandes suportes dos direitos dos trabalhadores no país —os sindicatos e o Partido Justicialista, que surgem

os Movimentos de Trabalhadores Desempregados (MTD). Suas primeiras manifestações ocorreram em torno da reivindicação por trabalho “genuíno” e da corrupção e da falta de honestidade dos políticos, no interior do país, particularmente nas áreas que foram centros da indústria petrolífera, privatizada e reestruturada em profundidade durante o primeiro mandato de Menem. O piquete nasce como modalidade de luta principal dos trabalhadores desempregados organizados, e se torna elemento de identificação coletiva —ficaram conhecidos desde o início de suas ações como *piqueteiros*. Logo, os movimentos piqueteiros começam a se organizar em bairros populares periféricos de grandes cidades —Rosario, Santa Fé, Córdoba— e a partir de 1998 e com força crescente no ano 2000 e até 2002, instala-se nos bairros populares e vilas de emergência (o similar às favelas brasileiras) da Grande Buenos Aires.

Os MTD argentinos construíram uma experiência que acabou por definir um repertório de ação comum, constituído pelo piquete, pela organização em assembleias, e pelo trabalho territorial comunitário

* Doutora em História pelo PPGH-UFE

¹ Fonte: Mario Rapoport, *Historia Económica, Política y Social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2004, p. 1020.

instaurado a partir de programas de subsídios a famílias de desempregados fornecidos pelo Estado. Apesar das identificações em comum, a heterogeneidade de correntes políticas entre as organizações piqueteiras é flagrante, assim como a heterogeneidade dentro de cada organização no que tange às questões de gênero, de trajetória laboral e geracional.

Em 2004, por iniciativa de nove organizações piqueteiras defensoras da autonomia —i. e., da independência em relação a partidos políticos, sindicatos, igrejas, redes assistencialistas— e de um intenso desenvolvimento do trabalho territorial comunitário e autogestionado, foi criada a Frente Popular Darío Santillán (FPDS), congregando diversos tipos de movimentos (estudantis, feministas, ambientalistas, de direitos humanos, e, claro, MTD). Eles não necessitam coincidir ideologicamente de forma estrita, embora o anticapitalismo, o anti-imperialismo e a construção do poder popular sejam premissas necessárias para aderir à Frente.

Aqui reproduzimos as primeiras páginas de um documento redigido pelo *Espaço de Mulheres da FPDS*, resultante de um trabalho de sistematiza-

ção por parte desse grupo daquilo que foi debatido no *Primeiro Acampamento de Formação em Gênero*, realizado em Glew, cidade da zona sul da Grande Buenos Aires, entre os dias 16 e 18 de março de 2007, pela própria FPDS.

Muitos homens que hoje participam dos MTD reconhecem que foram suas mulheres ou mães que começaram a frequentar o movimento —as mulheres compõem a maioria em todas as organizações piqueteiras, algumas poucas com experiência no mercado de trabalho, a maioria donas de casa— e depois eles se aproximaram, em geral após muitas brigas em torno do tema. Costuma-se interpretar esse dado como resultado do impacto do desemprego entre os homens em uma sociedade em que eles devem assumir o papel de provedor da família. Reconhecer-se desempregado e viver de um subsídio para desempregados vem a ser algo que desestrutura o próprio cotidiano e muitos preferem viver buscando bicos todas as semanas, todos os dias. As mulheres desses homens, relegados para a categoria estagnada da superpopulação relativa para o capital, viram na ação piqueteira uma forma de lutar contra o precário nível de vida imposto a suas famílias.

Primeiro acampamento de formação em gênero**

Espaço de Mulheres da FPDS

Nossa História

Estamos completando nosso quarto ano de vida como Espaço de Mulheres, no MTD A. Verón primeiramente e na Frente Popular Darío Santillán depois. Surgimos junto à fumaça dos pneus queimados na luta por justiça por Darío e Maxi nos bloqueios dos 26 na Ponte Pueyrredón². Ali em cima, em 26 de setembro de 2003, fizemos a Primeira Assembleia de Mulheres com o objetivo de reproduzir nos territórios oficinas onde refletiríamos sobre a violência contra a mulher, a contracepção ou o direito de decidir sobre nossos corpos. Para isto sustentamos como tarefa central tanto a ampliação da participação e da voz das mulheres dentro e fora dos movimentos, como a formação de todas as companheiras. Desde então e sempre que subimos a Ponte, fizemos nossa Assembleia.

Fomos nos reconhecendo e nos fortalecendo como espaço, entendendo-o como uma instância aberta a todas, sem mandatos por organização, e no primeiro Encontro de Mulheres Desempregadas de Roca Negra, em novembro de 2003, nos identificamos como: “mulheres lutadoras e piqueteiras, mulheres pela mudança social, mulheres à frente e em luta, Mabel Kosteki³, mães e avós da Praça de Maio, mulheres desaparecidas, trabalhadoras empregadas e desempregadas”. Anualmente realizamos, pelo menos, um Encontro geral, planejamos atividades comuns, mobilizações e ações com diferentes grupos de mulheres, feministas e sociais. Sempre propomos também a necessidade de debater, articular e coordenar ações com os companheiros homens e de outras opções sexuais com quem, todo o tempo, atuamos juntos tanto dentro como fora das organizações.

No acampamento por justiça por Darío e Maxi frente aos tribunais de Lomas de Zamora, onde estavam sendo julgados os responsáveis materiais por seus assassinatos, fizemos oficinas sobre os papéis que o sistema atribui às mulheres. Como Espaço, participamos nos Encontros Nacionais de Mulheres em Mendoza 2004, Mar del Plata 2005, Jujuy 2006 e viajaremos a Córdoba este ano 2007. Junto a 20.000 mulheres, usamos os lenços verdes pela liberdade de decidir, frequentamos oficinas de diferentes temáticas, nos mobilizamos, agitamos e realizamos murais

** Traduzido por Renake Bertholdo David das Neves.

² Em 26 de junho de 2001, as forças repressivas do Estado argentino, seguindo as ordens do governo do presidente Eduardo Duhalde, desataram uma feroz repressão à mobilização organizada pelo @spiqueteir@s. Como consequência do uso de balas de chumbo e de borracha, resultaram mortos os dois piqueteiros Maximiliano Kosteki e Darío Santillán, e centenas de ferid@s e detid@s.

³ Mabel Kosteki é mãe de Maxi Kosteki. Faleceu em 2005. [Nota da tradutora]

e grafites como em San Salvador de Jujuy pela liberdade de Romina Tejerina⁴ e contra “séculos de violência contra a mulher”. Naquela ocasião, participamos da mobilização frente à Penitenciária onde está presa Romina, que leva em seu corpo as marcas das muitas violências e discriminações das que somos alvos as mulheres excluídas.

Em Mar del Plata, em 2005, também repudiamos a vista do genocida Bush, que pisaria 15 dias depois essa cidade, e enchemos as ruas com murais contra sua presença, repudiando a ALCA e pela resistência. No caminho percorrido fomos nos encontrando com outras companheiras, com quem articulamos e coordenamos mobilizações pelo dia internacional da não violência contra a mulher (25 de novembro) ou pelo 8 de março (Dia Internacional da Mulher Trabalhadora) e realizamos oficinas e ações comuns. Entre 16 e 18 de março de 2001, em Buenos Aires, organizamos o *Primeiro Acampamento de Formação em Gênero*, dirigido a todas as companheiras da Frente, com o objetivo de nos aproximarmos de alguns temas, debatê-los e construir nosso próprio conhecimento, a partir da prática concreta que vimos desenvolvendo.

Estiveram presentes companheiras desempregadas, empregadas, estudantes e profissionais de distintos pontos do país. Chegamos a Glew desde: Cidade de Buenos Aires e Grande Buenos Aires, La Plata e Grande La Plata, Mar del Plata, Tandil, Córdoba, Tucumán e Mendoza. Algumas agrupações com quem levamos anos de ações comuns também nos acompanharam: *Debocaenboca – ações feministas*, *Mulheres Públicas*, *Grupo Gesta* e *Área de Gêneros de Lenços em Rebeldia*.

A metodologia utilizada se baseou na Educação Popular, entendida como uma dimensão pedagógico-política da resistência e de construção coletiva de conhecimentos. Nos baseamos na Educação popular reconhecendo os diferentes saberes, ideias, crenças, perspectivas que aportaram aos debates, práticas e teorias com as quais caminhamos até a emancipação. Os temas essenciais foram:

- Mulheres lutadoras e feministas: a metade invisível da história
- O pessoal é político: O que entendemos por gênero? O que é o patriarcado? Relação capitalismo / patriarcado. Luta de gêneros e luta de classes.
- Oficina Arte e Luta: realização de estênceis, pintura de bandeira, composição de canções com instrumentos. Participação de *Mulheres Públicas* e suas produções.
- Feminismo: Percorrido histórico. Os mitos do feminismo. História dos feminismos e sua relação com os movimentos populares. É ideologia ou é ação? O feminismo acadêmico. Nós somos feministas? Se sim, como o entendemos?

⁴ Romina Tejerina foi condenada em 2005, aos 22 anos, a 14 anos de prisão pelo assassinato de sua filha recém-nascida, dois anos antes. O bebê, segundo Romina, era fruto do estupro que sofrera quando saía de uma boate, na capital da província de Jujuy, noroeste argentino. Em 2012, após cumprir metade da pena, foi solta. Diversas organizações feministas, pró-aborto, de direitos humanos e de esquerda foram solidárias a Romina. [Nota da tradutora]

Foram três dias de intensos trabalhos, palestras, debates, conversas e de compartilhar pedaços importantes de nossas vidas em um clima de confiança, respeito e mútuo reconhecimento, compartilhando comidas, alguns momentos dolorosos, danças, vídeos e alegrias. O acampamento nos deixou muitas aprendizagens e definições expostas nas páginas desta cartilha. Esta experiência vivida foi o motivo central para tomar a decisão de empreender o trabalho de sistematização, entendida como uma tarefa de analisar e conceituar nossas práticas, nossas reflexões, nossos saberes, experiências e sentimentos. Com este trabalho tentamos reconstruir os processos vividos para ordenar o conhecimento elaborado e aprender, trocar e difundir o mais importante.

Para sua elaboração, definimos eixos fundamentais que guiaram a reconstrução histórica, o ordenamento da informação, a análise crítica e a delimitação dos aspectos específicos da experiência de formação que nos penetrou. A intenção de resgatar e transmitir os saberes silenciados e invisibilizados pelo poder dominante nos guiou, porque, como sustenta o educador popular Oscar Jara, “os processos de sistematização podem contribuir de forma decisiva para recriar as práticas dos movimentos sociais e renovar a produção teórica das ciências sociais” (Jara, 137, 1998.⁵).

A organização, o desenvolvimento, a produção e a sistematização do acampamento foram fruto de um processo participativo, individual e coletivo, que apontou para a análise crítica de nossas práticas e elaboração de sínteses, com um duplo propósito: por um lado, detectar, analisar e questionar nossas debilidades para transformá-las; e por outro, revalorizar os aspectos positivos e as conquistas que tivemos como coletivo.

Finalmente, queremos destacar a importante colaboração da Área de Gêneros da equipe de educação popular *Lenços em rebeldia* nesse processo de sistematização e elaboração da presente cartilha e das companheiras de *Mulheres Públicas* no desenho.

Gênero, capitalismo e patriarcado

O privado é político

Gênero e luta de classes

Gênero não é um tecido⁶. É uma palavra que se começa a usar na década de 70, tentando substituir feminismo, que dava tanto medo em muitos setores da sociedade; como em outros momentos se falou pejorativamente de subversivo e

⁵ Oscar Jara Holliday, *El aporte de la sistematización a la renovación teórico-práctica de los movimientos sociales*, 1998.

⁶ Em espanhol, a palavra “gênero” também designa qualquer tipo de tecido; por exemplo: “géneros de algodón”. Muitas vezes, quando alguém se põe a falar de “gênero” na acepção discutida neste documento, ouve-se o comentário: “¿género, corte y confección?”. [Nota da tradutora]

subversiva ou de piqueteiro e piqueteira. No entanto, se dizemos “gênero” ou “feminismo”, parece que estamos falando de coisas diferentes. Porque gênero é um conceito que nos impuseram e está naturalizado para se referir a feminismo ou “temática da mulher”. No entanto, a palavra aparece para diferenciar claramente os aspectos biológicos daqueles culturais, que temos como espécie humana:

— Os aspectos biológicos indicam funções e órgãos diferenciados. De maneira esquemática, se nasce homem, mulher ou ambos os sexos (ainda que no S XXI podem mudar).

— Os aspectos culturais se referem a relações sociais de troca que temos entre nós. Mas essas relações são também de poder, sejam pessoais, familiares, sociais, institucionais, nas organizações ou nos movimentos. Não temos que nos assustar com a palavra “poder”, mas, sim, observar que nessa sociedade estas relações são assimétricas, pois há uma valorização superior dos homens em relação às mulheres, o que carrega consigo uma discriminação.

Também não devemos nos assustar com a diferença entre homens e mulheres. O problema reside no fato de que essa diferença está estabelecida por classes dominantes que, ao longo da história, impuseram uma escala de valores para nos diferenciar. Todas estas relações são históricas e, por isso, transformáveis. Porque as mulheres e os homens no século XIV não são o mesmo que no século XXI; ou as relações que há entre mulheres e homens na África e na América Latina; ou as que há entre mulheres de 14 e as de 60 anos. As diferenças são universalizadas pelo sistema patriarcal e capitalista, igualando as mulheres da África, as de 50 anos, as de 45 anos; a que nasceu pobre, a que nasceu rica, a Amalita Fortabat⁷, todas somos iguais? Todas somos sensíveis? Com esta universalização, já começamos a perder, porque não se tem em conta as diferenças que existem: a luta de classes, as idades, os momentos históricos, os lugares onde nascemos ou os costumes que formam nossas diferenças. Tanto os aspectos biológicos como os culturais estão em permanente transformação.

“Gênero” não tem que estar associado a “mulher” e menos ainda a uma luta de mulheres contra homens. Pelo contrário, é uma categoria que inclui homens, mulheres e diferentes opções sexuais e, por isso, podemos falar de gêneros no plural, como abrangente de todas aquelas.

Escutamos frases naturalizadas como “as coisas foram sempre assim” ou “sempre houve pobres e ricos”. Segundo a regra que vocês seguem Com a palavra “sempre”, parece impossível mudar as coisas e a resignação se instala. Todos e

⁷ Amalita Fortabat, ou María Amalia Sara Lacroze Reyes de Fortabat (1921-2012), foi uma figura de destaque da nata da sociedade argentina. Nascida em uma família de aristocratas, casou-se com um magnata da indústria de cimento do país, Alfredo Fortabat. Durante grande parte do tempo em que foi diretora da empresa da família (1978-2005), posto que assumiu após a morte do marido, foi a mulher mais rica da Argentina. Também era famosa por seu envolvimento em atividades filantrópicas e por sua coleção de arte. [Nota da tradutora]

todas sofremos com o capitalismo, um sistema histórico baseado na exploração e na desigualdade de classes. Por ser histórico, isto é, fruto da construção social e cultural ao longo da história, é possível transformá-lo. Por isso lutamos e por isso somos anticapitalistas, mesmo sabendo que os valores que impõe sempre parecem “naturais” e invariáveis.

Há outro sistema do qual pouco se fala, um sistema que nos faz sofrer muito: *o patriarcal*. Um sistema em que as relações são assimétricas entre homens e mulheres, que valoriza mais o homem do que a mulher. O patriarcado possui ordens muito fortes e arraigadas em nós, impregna todas as nossas relações pessoais e sociais, penetra em cada um e em cada uma, e nos subjuga nos dizendo como temos que ser mulheres, homens, filhos e filhas, mães, pais, casais.

Assim como vivemos no capitalismo, todos e todas também vivemos no patriarcado, ainda que este último seja muito invisibilizado, ninguém se lembre dele e custe muito fazê-lo visível, assim como com o capitalismo séculos atrás. Patriarcado e capitalismo estão estreitamente associados a instituições que criticamos, mas que são muito respeitadas socialmente:

Os meios de comunicação nos dizem a todo momento como devem ser as mulheres, os homens, os meninos, as meninas, as pessoas mais velhas, todos e todas. “Nós não estamos representadas nestas publicidades, ainda que pareça que nos reconheçamos. Porque o sistema patriarcal é muito sutil e asqueroso, quer nos convencer... escapar disso é muito difícil para nós e o sofrimento que provoca faz com que neguemos sua existência”.

A igreja: o patriarcado está estreitamente associado a essa instituição, negando os direitos mais elementares para todos os seres humanos. A única união possível é a heterossexual, com filhos e filhas, “família feliz”, proibindo decisões; e quem não se submete a seus mandamentos culpabilizantes “merecem” um castigo.

A escola: reproduz os papéis domésticos para as mulheres e constantemente se esforça em diferenciar homens de mulheres, azul de rosa, brinquedos de menina e brinquedos de menino, conhecimentos próprios de mulheres e outros de homens.

O sistema de saúde: o poder médico (o hospital, o posto, o médico que nos atende, os auxiliares como enfermeiras/os) reproduz e sustenta o patriarcado. Todos nós dizemos “*o que o médico diz está certo*”, nos situando sempre de fora, quando o que expomos é nosso corpo ou o de um familiar. Quando parimos, “*os bebês são tirados pelos médicos*”.

É tão forte a presença do poder médico que está associado com: homem, heterossexual, classe média, com carro, consultório e avental.

A família: Com mandamentos ancestrais, reproduz e sustenta o capitalismo e o patriarcado. A família sustenta e reproduz os estereótipos, os papéis e os

mandamentos que aqueles impõem, definidos entre dois opostos sobre os quais aparecem como escolha obrigatória.

Arelado estreitamente a todas essas instituições, junto com o sistema capitalista, está o patriarcado. São dois sistemas complementares que se associam profundamente; são siameses, estão colados. Então, nossa luta...

É luta de classes?

É luta de gêneros?

É antipatriarcal?

Alguns e algumas que se proclamam anticapitalistas no incorporam a luta antipatriarcal e muitos feminismos sustentam que a luta não é contra o capitalismo, mas sim, primeiramente, contra o patriarcado.

Nós entendemos que na construção do poder popular para a transformação social desde já, para sermos melhores pessoas, necessitamos de homens, mulheres e outras identidades sexuais ANTICAPITALISTAS E ANTIPATRIARCAIS.

Recebido em julho de 2013

Aprovado em julho de 2013